

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

OS PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA-MG FRENTE À POLÍTICA INDENIZATÓRIA

Venícios Oliveira Alves (UFRRJ) - venicios009@yahoo.com.br

Especialista em Gestão em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

Maria Gracinda Carvalho Teixeira (UFRRJ) - gracinda@uol.com.br

Doutora em Sociologia pela University of East Anglia, UK. Professora e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração/PPGA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ.

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos hidrelétricos faziam parte do programa de Grandes Investimentos no país, tendo em vista a sua dimensão, implementação e os seus objetivos. Sua consolidação ocorreu nos anos 70 por meio da política nacional de exploração energética de recursos hídricos que foi marcada por duas importantes características: o predomínio do Estado como agente empreendedor e a afirmação de grandes empresas no planejamento e na expansão do sistema de geração de energia (VAINER; ARAÚJO, 1992).

A quantidade de usinas hidrelétricas em Minas Gerais foi intensificada na década de 1990 com a privatização do setor elétrico. De um lado estava o discurso do desenvolvimento econômico por parte das empresas e do governo, de outro, as denúncias, pelos movimentos sociais, em torno dos impactos sociais e ambientais gerados por esses empreendimentos. A atuação dos movimentos sociais almejava o reconhecimento de seus direitos na política ambiental do Estado e na proposta de um novo projeto de produção de energia no país. Esses movimentos eram compostos por atingidos pela construção de barragens, somado a um conjunto de outros atores sociais como a Igreja, universidades e Organizações Não Governamentais que exerciam um papel fundamental na assessoria aos atingidos (ZHOURI; ROTHMAN, 2008).

Os movimentos sociais, assim como qualquer fenômeno social, são marcados pela complexidade de suas características e pelo conjunto de relações sociais existente na sociedade. Uma teoria dos movimentos sociais requer um amplo debate e a cada nova conquista teórica, novas questões aparecerem e novos problemas devem ser abordados e resolvidos (VIANA, 2016). Devido a essa complexidade é importante entender a teoria dos movimentos sociais através de seus paradigmas.

A principal motivação da pesquisa se deu pelo fato de um dos pesquisadores ser originário da região envolvida no estudo, e ao longo dos anos ter vivenciado a problemática dos atingidos pela UHE Itapebi e observado a organização de pessoas que se agruparam em associações frente às questões indenizatórias do empreendimento. Nesse sentido, buscou-se compreender a importância da organização de grupos sociais atingidos pelo empreendimento, de um lado, e de outro, investigar como essas organizações associativas se inserem no âmbito do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A partir dessa discussão delineou-se a seguinte questão de pesquisa: como a organização dos atingidos pela UHE Itapebi tem contribuído no enfrentamento às questões indenizatórias envolvendo a população do município de Salto da Divisa-MG?

Com base nessa orientação, a pesquisa parte do pressuposto de que a organização dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi em torno das suas demandas vem ocorrendo em razão de uma tomada de consciência dos grupos sociais locais para se agregarem em associações locais fortalecendo as práticas associativas e conectando-a ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e organizações sociais locais. Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar a organização dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi frente à política indenizatória envolvendo a população do município de Salto da Divisa-MG. O estudo pretende aprofundar e ampliar o debate desse tema na área de Ciências Sociais, especificamente no campo da Administração Pública e dos Estudos Organizacionais, tendo em vista o grande interesse da área em pesquisar assuntos dessa relevância.

O presente artigo está estruturado em cinco seções além desta introdução. Em sua segunda parte, é apresentada a fundamentação teórica revisitando conceitos dos paradigmas dos movimentos sociais e do Movimento de Atingidos por Barragens. No terceiro tópico, aborda-se a metodologia da pesquisa. Na quarta parte, apresenta-se a análise dos dados preliminares da pesquisa e por último, discorre-se sobre as considerações finais do trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura especializada reconhece três níveis de organização da sociedade civil representados pelo *associativismo local*, pelas *formas de articulação inter-organizacionais* e pelas *mobilizações na esfera pública* (SCHERER-WARREN, 2006). O principal argumento acerca da importância democrática das associações está ancorado na tese de que:

As associações são os atores centrais da sociedade civil e responsáveis por publicizar e problematizar as demandas e problemas sociais. Associações e movimentos sociais promovem legitimidade democrática ao alimentarem os debates e medidas tomadas pelas instituições políticas e desencadeiam engajamento e a ativismo político, exercendo atividades de base propositiva e/ou contestatória problematizando a relações de poder e as injustiças sociais (LÜCHMANN, 2016 p. 50).

Esclarece a referida autora que uma sociedade civil ativa, independente e diversificada é importante para fortalecer uma democracia; na medida em que ocorram a organização e interação de grupos e setores da sociedade permitindo a expressão pública de demandas e problemas sociais que promovam a inclusão democrática da sociedade historicamente excluída do processo de representação política. Nesse sentido, as associações funcionam como instrumento de promoção de espaços de interação com o Estado.

O surgimento de um movimento social ocorre em decorrência de uma situação que causa insatisfação para um grupo social. Ele existe para trabalhar com a situação que gerou a insatisfação visando a sua transformação em benefício desse e outros grupos sociais. Os

principais objetivos dos movimentos sociais são discutir os interesses de seus grupos sociais, seu contexto histórico e quais interesses perpassam os movimentos sociais específicos (VIANA, 2016).

Para aprofundar e ampliar essa discussão teórica inicial será apresentado a seguir os paradigmas principais dos movimentos sociais, procurando ao final, situar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no país.

PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

PARADIGMA NORTE-AMERICANO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo os estudos de Gohn (1997), os autores clássicos avaliavam os movimentos sociais em forma de ciclo com surgimento, crescimento e propagação intermediada por meio da comunicação que envolvia contatos, rumores, reações circulares, difusão de ideias entre outras formas de diálogo. As reivindicações eram vistas como respostas rápidas às mudanças sociais e “desordem social”. Dava-se muita importância às reações psicológicas como comportamento não racional ou irracional que ocorriam diante das mudanças.

Gohn (1997) apresenta as cinco grandes correntes teóricas da abordagem clássica sobre a ação coletiva e os seus principais teóricos conforme o quadro 1. A autora ressalta que a apresentação dessas correntes não seguiu um padrão temporal, tendo em vista que as teorias coexistiram no tempo e foram construídas conforme suas ênfases principais. Sendo que, três dessas correntes se referem especificamente aos movimentos sociais e as outras duas estão ligadas a ação coletiva propriamente dita.

Quadro 1- Correntes da Abordagem Clássica sobre Ação Coletiva

Correntes	Principais Aspectos	Principais Autores
Primeira corrente	Desenvolveu-se como a Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos. Os movimentos eram vistos como ações advindas de comportamentos coletivos conflituosos.	Herbert Blumer (1948)
Segunda corrente	Desenvolveu-se com as teorias sobre a sociedade de massas ao longo dos anos 40 e 50. Caracterizava por se preocupar com o comportamento coletivo das massas, vendo-o, também, como fruto da anomia e das condições estruturais de carências e privações.	Erich Fromm (1941), Eric Hoffer (1951) e William Kornhauser (1959)
Terceira corrente	Prevaleceu nos anos 50 e foi marcada por questões políticas que organizavam as classes sociais na busca de compreender tanto os movimentos revolucionários como as mobilizações partidárias, incluindo o poder político de diferentes grupos.	Seymour M. Lipset (1950) e Rudolf Heberle (1951).
Quarta corrente	Foi uma junção das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social. Averiguaram o comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala.	Talcott Parsons (1952), Ralph L. Turner e Lewis Killian (1957), Neil Smelser (1962) e David Aberle (1966).

Quinta corrente	Teve muita influência nas teorias que substituíram o modelo clássico, entretanto, na sua época não criou nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, mas abriu caminho para a geração da teoria que viria a ser um novo marco no paradigma norte-americano, a de Mobilização de Recursos.	Joseph R. Gusfield (1955), Philip Selznick (1952) e Sheldon L. Messinger (1955).
-----------------	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de Gohn (1997).

No período entre 1930 e 1960, o argumento difundido era de que o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria criado personalidades voltadas para a autossatisfação sem olhar para a política. Explicava-se que a dominação do capitalismo tardio na sociedade de massa era operada com a noção de consumo e com o padrão de dominação individualizado; as mobilizações coletivas apareceriam com uma explosão de frustrações individuais em que as instituições não tinham interesse. A explicação tinha bases psicossociais, amparadas nas emoções coletivas e com o tom sombrio, repercutindo para avanço dos regimes totalitários (ALONSO, 2009).

Explica o autor acima que, após os anos de 1960 os sociólogos que estavam voltados para os estudos das revoluções ou a ausência dessas, passaram a direcionar suas pesquisas também para esses movimentos. Foram desenvolvidas três grandes categorias como a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); Teoria do Processo Político (TPP), ambas atreladas ao paradigma norte americano; e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) atrelada ao paradigma Europeu.

Olso (1965), autor pioneiro da TMR defendia que a ação tomada em nome de um grupo de indivíduos é levada por meio de organizações e que um propósito característico na maior parte das organizações é o econômico que deixa de promover os interesses coletivos de seus membros. O referido autor dedica-se ao estudo dos grupos de interesses, observando que quanto maior for o número de pessoas a formarem grupos, mais aptos esses grupos estarão para organizar uma ação coletiva quando comparados com grupos constituídos de poucos integrantes.

Outra grande categoria que contribuiu para explicar os movimentos sociais foi a Teoria do Processo Político (TPP). Segundo Carlos (2015) a TPP pressupõe que a conjuntura política na qual os movimentos estão inseridos, suas organizações e agentes estatais, envolve um ambiente externo aos atores coletivos. Essa abordagem não leva em consideração que o “ambiente” institui oportunidades e condições desfavoráveis à ação coletiva, ao mesmo tempo em que é influenciado pela articulação entre os atores da sociedade e atores institucionais. Com isso, o reconhecimento de interdependência é essencial à apreensão das relações

complexas e diversificadas entre os atores de ambos os cenários, tanto fora como dentro do sistema político.

PARADIGMA EUROPEU DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Conforme estudado por Gohn (2011) existem duas abordagens teóricas bastante distintas no paradigma europeu: a abordagem marxista e a abordagem dos novos movimentos sociais.

A **marxista** centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas foram: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesses de classes, reprodução da força de trabalho, Estado etc. As noções e conceitos desenvolvidos foram: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumo etc. O paradigma dos **novos movimentos sociais** parte de explicações mais conjunturais, localizadas ao nível da política ou dos processos micros da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas deste paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções criados foram: identidade coletiva, representações coletivas, micropolítica do poder, política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas etc. (GOHN, 2011, p. 205, grifo nosso).

Os novos movimentos sociais procuraram estudar o movimento dos estudantes, mulheres, gays, lésbicas, abrangendo todas as questões relacionadas gênero, minorias raciais, culturais etc. Para Gohn (1997) as categorias utilizadas para explicar esses processos sociais não estão suficientemente claras, porque não partem de novidades em si mesmas, sendo a identidade coletiva sua máxima expressão:

As observações acima levam a algumas indagações quando analisamos o trabalho de Melucci. Ele afirma que os movimentos são menos forma organizacional e mais construções analíticas. Observando-se a realidade atual de vários movimentos sociais, até concordamos com essa conclusão, pois não vemos mais a presença de várias organizações que sustentavam movimentos. Tomando-se o caso das mulheres, por exemplo, vários grupos desapareceram enquanto instituições formais, mas sabemos que eles ainda se fazem presentes na representação, no imaginário e nas relações sociais das pessoas, grupos e instituições, enquanto valores conquistados ou que se redefiniram. Mas como se chegou a isso, como se dá realmente o processo de criação desses códigos? Se os movimentos não são formas históricas observáveis neste momento, se não são fenômenos que possam ser tratados como objetos empíricos ou entidades – como podemos concluir que eles continuarão a produzir novos códigos culturais? Se eles, movimentos, são processos sociais que em algum momento histórico foram notados, observados e se tornaram fontes de dados, então foram analisados em seus elementos constitutivos, com a conclusão de que geraram novos códigos culturais. Mas esses códigos por si mesmo continuarão a reproduzir o processo? Sem bases militantes, lideranças etc., os movimentos continuarão a existir para sempre, apenas como representação simbólica, a partir dos códigos herdados do passado? Como eles se recriam? Quais foram as categorias utilizadas para se chegar às conclusões do NMS? Sem categorias teóricas específicas, que digam respeito ao fenômeno em si e não apenas a seus resultados, a teoria poderá estar incompleta (GOHN, 1997, p. 128).

Já a análise dos movimentos sociais sob o viés do paradigma marxista, Gohn (1997) ressalta que:

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos deste processo, quanto há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas (GOHN, 1997, p. 171).

Depois dos anos 60 na Europa, a abordagem marxista, que dava ênfase às lutas de classes, passou a ser criticada por autores como Alain Touraine e pelos neomarxistas, tendo como um dos principais representantes, Manuel Castells, cuja proximidade resultou na teoria dos novos movimentos sociais (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004).

Segundo Melucci (1989) nos anos 70, autores como Touraine e Habermas basearam suas análises numa abordagem estrutural, sistêmica que atribuía a razão das novas formas de conflito com a formação de novos atores às mudanças ocorridas no capitalismo pós-industrial. Seguindo as teorias dos anos 70, no entender de Melucci (1989, p.52) os movimentos não devem ser analisados por aparências ou retórica, e sim como um sistema de ação, tendo em vista que não se compreende uma ação coletiva como uma "coisa" e não se valoriza integralmente o que os movimentos falam de si mesmos, na tentativa de descobrir um sistema de relações internas e externas que constitui a ação:

[...] A ação tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas. Eu penso que nessa direção o legado dos anos 70 pode ser criativamente consolidado através de uma concentração na análise do como, sem negligenciar o porquê.

PARADIGMA LATINO AMERICANO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No final dos anos 70, quando uma onda de regimes ditatoriais dominava o sul da América Latina, a concepção dos novos movimentos sociais desenvolvida na Europa em condições de democracia, foi projetada nessa realidade autoritária da América Latina que visava uma regulamentação puramente mercantil com o desmantelamento de serviços públicos ou o abandono de qualquer tentativa para consolidá-los (PARAMIO, 2009). A teoria dos novos movimentos sociais explica que estes têm a capacidade de mobilizar populações tradicionalmente ignoradas pelos governantes. Em decorrência disso, os partidos políticos

começaram a olhar para os novos movimentos sociais com a expectativa de alcançar os novos sujeitos apontados nos novos movimentos sociais da Europa e as novas massas na América Latina (HELLMAN, 2009).

Giorand (2009) contextualiza o entendimento de movimento social de base na América Latina:

Na América Latina, frequentemente se tem preferido a expressão “movimento popular” a “novos movimentos sociais” para se referir às mobilizações. Designando dessa forma ao mesmo tempo organizações de classe média, operárias e camponesas, bem como as dos habitantes dos bairros desfavorecidos, militantes e pesquisadores referiam-se à construção de uma malha das sociedades “vinda de baixo”. Assim foi que se preferiu o conceito de “popular” aos de “proletariado” e “povo”, pois remete menos a uma representação das sociedades em “classes”, definidas por uma posição no sistema de produção, do que a sua estruturação em termos de poderes, mas também de representações. Se “popular” às vezes serve como sinônimo de “povo”, é sobretudo no sentido de “pobres”, ocupando uma posição baixa na hierarquia social dos poderes e rendas; a isto remete explicitamente a expressão inglesa “*grass-root*”. A expressão “movimento social de base” designa, portanto mobilizações conduzidas principalmente por cidadãos pobres, às vezes camponeses, cujas reivindicações extremamente heterogêneas se organizaram em torno da questão das condições de vida, do acesso aos serviços públicos e dos direitos sociais (GIORAND, 2009, p. 327).

Os novos movimentos sociais na América Latina, também conhecidos como movimentos sociais de base ou movimentos populares foram importantes nas lutas de resistência contra os regimes ditatoriais e os programas de governos neoliberais. Sader (2009, p. 15) explica que a maior parte dos partidos que aderiu a esses programas neoliberais, estavam representando uma máquina de retirada de direitos sociais que prejudicava todos os segmentos dos movimentos sociais.

O capital parecia ganhar a guerra política e ideológica na América Latina no início dos anos 90, mas, no início do século XXI, o cenário político começa a mudar com a ascensão de representantes governamentais em vários países como o Chile, Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina entre outros, depois de muito tempo de regimes conservadores. Esse cenário mostrou uma saturação desses regimes, trazendo grandes desafios e enfrentamentos às lideranças de suas elites nacionais e instituições ao projetar uma posição de esquerda da América Latina no cenário internacional (CHASE-DUNN; MOROSIN; ALVAREZ, 2017).

Com a crescente ascensão da esquerda na América Latina, houve alguns avanços na luta dos movimentos. Segundo Gohn (2015), entre esses avanços, a questão ambiental que foi palco de mobilizações em algumas regiões, a exemplo da luta contra a instalação de papeleiras no Uruguai; a luta contra empreendimentos de mineração a céu aberto na Argentina; a luta contra as novas hidroelétricas e contra a implantação de áreas de exploração mineral e vegetal, a exemplo do Movimento de Atingidos por Barragens no Brasil e dos

pequenos agricultores no Brasil e na Argentina. No plano dos movimentos populares urbanos, destaca-se a luta pela moradia, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil (MST) que em 2014 triplicou o número de ocupações em São Paulo; além disso, no Brasil a luta pela mobilidade urbana dada as péssimas e escassas condições dos transportes públicos nas grandes capitais, gerou movimentos como o Movimento Passe Livre (MPL) que foi um propulsor inicial das manifestações em junho de 2013.

No início deste milênio, Gohn (2013) mapeou o panorama geral dos movimentos sociais em inúmeros eixos temáticos das lutas e demandas no Brasil, que permanecem presentes até os dias atuais, entre eles, as mobilizações do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

No final da década de 1970, teve início a primeira organização dos atingidos por barragens. Enquanto a ditadura retirava os direitos civis e políticos, começaram a surgir diversas organizações contrárias à ditadura. Nessa época, houve a crise mundial energética e muitos países centrais foram em busca de novas formas de geração de energia para substituir a ausência de petróleo. Com isso, os países que apresentavam grande potencial energético foram alvos de estudos para a exploração de fontes de energia. Grandes empresas internacionais que demandavam muita energia elétrica estavam chegando ao Brasil. Com isso, o governo deu início à construção de grandes empreendimentos hidrelétricos em diversas regiões do país (MAB, 2018).

Uma das experiências pioneiras dos atingidos por barragens que deram origem ao MAB foi a trajetória e organização dos atingidos pelo “Projeto Uruguai” no Sul do Brasil. Segundo Scherer-Warren e Reis (2008), essa trajetória começou em 1979 quando veio a público um projeto hidroenergético que previa a construção de 25 usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, localizado entre os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conhecido popularmente como “Projeto Uruguai”. Com isso, as populações locais, em sua maioria agricultores familiares se mobilizaram contrárias a esse projeto e criaram uma Comissão de Barragens para discutir os problemas a serem enfrentados com a implantação do “Projeto Uruguai” (SCHERER-WARREN; REIS, 2008). Essa comissão passou a ser conhecida como Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), que hoje se chama Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Vainer e Araújo (1990, p. 20-21), identificaram as principais estratégias do Setor Elétrico para consolidar suas ações nas localidades onde os empreendimentos hidrelétricos

serão instalados: “*desinformação, estratégia territorial patrimonialista e negociação individual.*” Para os autores, a *desinformação* é a principal arma das empresas, em que as mesmas sonégam informações com intuito de facilitar sua inserção na região. Na *estratégia territorial patrimonialista* as empresas só reconhecem aqueles que detêm legalmente o direito de propriedade, não reconhecendo os moradores e trabalhadores da área a ser inundada. As empresas preferem fazer *negociações individuais* como forma de impedir que outros setores da sociedade participem do processo de discussão e decisões acerca dos conflitos. Essas estratégias contribuem para dificultar os movimentos sociais a se apropriarem das informações necessárias sobre o empreendimento e participarem efetivamente.

A Igreja Católica, influenciada pela Teologia da Libertação, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de seus agentes pastorais apoiou a organização dos atingidos pelas barragens, colocando à disposição dos atingidos sua estrutura física para realização de eventos e reuniões e oferecendo capacitação para a formação de lideranças (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

O deslocamento compulsório foi uma das primeiras lutas dos atingidos que, ao observarem que as indenizações não asseguravam suas condições de vida, levou alguns movimentos a exigirem “terra por terra” (VAINER; ARAÚJO, 1990). Ainda segundo os autores, depois de muito tempo foi que as empresas do Setor Elétrico reconheceram a CRAB com representante dos atingidos e começaram as negociações:

Em 1987, depois de quase uma década de lutas, a ELETROSUL e a ELETROBRÁS reconhecem a CRAB como legítima representante das populações atingidas, abrindo-se uma fase de negociações substantivas. Na plataforma que elaboram nesta etapa, os atingidos exprimiram de modo inequívoco sua maneira de ver os deslocamentos: 1º) a ELETROSUL devia responsabilizar-se pelo reassentamento de todos aqueles obrigados a abandonar suas terras e casas, fossem proprietários ou não; 2º) nenhuma obra poderia iniciar-se antes de estar assegurado o reassentamento; 3º) o reassentamento deveria ser na região (VAINER; ARAÚJO, 1990, p. 22).

Em 1989 a CRAB organizou o I Encontro dos Atingidos por Barragens na cidade de Goiânia, com o objetivo de estabelecer trocas de experiências e estabelecer redes de contato com diversas regiões do país que estavam enfrentando as questões das hidrelétricas (SCHERER-WARREN; REIS, 2008).

Em março de 1991, ocorreu na cidade de Brasília, o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Segundo Scherer-Warren e Reis (2008), a partir desse congresso o MAB institucionalizou-se como movimento nacional, ampliando suas articulações políticas. Em 2003 ocorreu o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, na cidade de Brasília, que reafirmou a luta dos atingidos como o principal

mecanismo para obter suas conquistas. Após inúmeros encontros regionais e nacionais em outubro de 2017 ocorreu o 8º Encontro Nacional do MAB na cidade do Rio de Janeiro que contou com a presença de atingidos por barragens de todo o país, lideranças de organizações populares, sindicais, religiosas, partidos políticos, parlamentares e entre outros.

No conjunto de demandas locais e do MAB estadual e nacional, tem sido recorrente a defesa de uma causa comum que é a criação de políticas públicas como à Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEABE) e a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Trata-se de documentos de autoria do MAB com apoio de instituições que o assessoram, fruto das inúmeras experiências que o MAB vivenciou ao longo de décadas. O Projeto de Lei 3.312/16, em seu art. Art. 1º, incisos I e II a PEABE tem a finalidade de:

- I – coordenar e implementar ações mitigadoras de conflitos decorrentes do processo de remanejamento dos atingidos por barragens e outros empreendimentos;
- II – garantir a interlocução entre os órgãos de governo competentes, os empreendedores e os atingidos pela construção, instalação, ampliação e a operação de barragem e outros empreendimentos.

Segundo o MAB (2013) os principais pontos demandados na PNAB são:

- 1 - Definição do conceito de atingido; 2 - Definição das formas de reparação; 3 - Definição dos direitos dos atingidos; 4 - Criação de um Programa de Direitos dos Atingidos por Barragens, em cada obra, no âmbito do licenciamento ambiental; 5 - Criação da “Conta PNAB” que financiará a política de direitos; 6 - Criação de um órgão de Estado responsável pela política, com a participação dos atingidos (MAB, 2013, p. 20).

Para o MAB, é urgente à criação de políticas públicas por meio de um marco legal que garanta os direitos dos atingidos por barragens, tendo em vista que, segundo o que defendem, isso irá resolver boa parte dos problemas de violação dos direitos dos atingidos e será um instrumento legal de fortalecimento da organização e reivindicações dos atingidos por barragens.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para realizar o presente estudo, como técnica de coleta de dados, primeiramente, foi realizada a pesquisa bibliográfica que trouxe as principais discussões dos paradigmas dos movimentos sociais e como o Movimento dos Atingidos por Barragens se situa nessas discussões. Num segundo momento, foram consultados os seguintes documentos: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Itapebi; notas taquigráficas e leis que serviram como suporte para compreender o processo de construção da UHE Itapebi no município de Salto da Divisa; documentos da PAEBE e da PNAB, entre outros acessados no site do MAB.

Foram mapeadas todas às associações de atingidos pela implantação da UHE Itapebi em Salto da Divisa e organizações locais que apoiam os atingidos, conforme o quadro 2. Esse mapeamento gerou os sujeitos selecionados para a pesquisa. Entretanto, nesta etapa da pesquisa, apenas oito sujeitos foram ouvidos, visto que esse artigo apresenta os resultados iniciais de uma pesquisa de mestrado.

Quadro 2 - Sujeitos da Pesquisa

Sujeitos	Classificação
Associação das Lavadeiras*	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação dos Pescadores*	Atingidos pela UHE Itapebi
Colônia de Pescadores	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação de Pedreiros	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação das Comunidades Rurais*	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação das Casas Danificadas*	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação dos Extratores de Pedra, Areia e Bloco	Atingidos pela UHE Itapebi
Associação Comunitária de Comunicação (ASSCOM)*	Rádio que apoia os atingidos pela UHE Itapebi**
Igreja Católica*	Igreja que apoia os atingidos pela UHE Itapebi**
Grupo de Apoio de Defesa dos Direitos Humanos (GADDH)*	Grupo que apoia os atingidos pela UHE Itapebi**
Movimento dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa*	Representa os atingidos por barragens em Salto da Divisa**

Fonte: Elaboração própria

* Sujeitos ouvidos na etapa inicial da pesquisa de campo.

** Instituições locais que apoiam aos atingidos pela UHE Itapebi.

A coleta dos dados empíricos ocorreu através de relatos focados no histórico da implementação da UHE Itapebi, na trajetória da organização dos grupos sociais envolvidos e sua articulação com outras organizações, associações locais e sua interlocução como o MAB. Assim, buscou-se compreender a organização local dos atingidos e sua reivindicação principal, os direitos na política de indenizatória.

Tanto a ida a campo quanto a pesquisa documental foram norteadas por questões que auxiliaram na condução das entrevistas. As questões foram: (i) quais são as organizações que representam os atingidos pela UHE Itapebi; (ii) quais são as instituições locais que apoiam os atingidos e de que forma ocorre esse apoio; (iii) quais são os problemas que afetaram a vida da população local com a vinda da barragem; (iv) como se deu a organização dos atingidos e a definição de prioridade para a questão das indenizações; (v) quais são as reivindicações dos atingidos relacionadas a política indenizatória; (vi) como são encaminhadas essas reivindicações; (vii) de que maneira ocorre a articulação entre as organizações dos atingidos locais e o MAB nacional.

Na análise dos dados utilizou-se a abordagem interpretativista nos moldes de Gil (2002), que divide o processo de análise dos dados em três fases principais: redução; categorização e interpretação dos dados.

A partir do objetivo da presente pesquisa e com base no seu aporte teórico foram definidas as categorias de análise conforme o quadro 3. Essas categorias de análise são orientadoras para a articulação teoria-empíria.

Quadro 3 - Categorias de Análise da Pesquisa

Categorias	Definição Teórica
Paradigmas dos Movimentos Sociais	Explicam as teorias dos Movimentos Sociais de acordo com os contextos: territoriais, culturais e políticos (GOHN, 1997);
Movimento de Atingidos por Barragens	É um movimento popular brasileiro que surgiu no final dos anos 70 com o objetivo de organizar os atingidos pelas construções de barragens, na defesa de seus direitos (MAB, 2018);
Política Indenizatória	“diretrizes que preservem os direitos das populações atingidas e, de modo mais amplo, os direitos de toda a população a políticas energéticas ambiental e socialmente responsáveis” (VAINER, 2007, p. 129).

Fonte: Elaboração própria a partir de Gohn (1997); MAB (2018); Vainer (2007).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Nesse tópico serão apresentados os dados preliminares do estudo com base em pesquisa documental e entrevistas realizadas em janeiro de 2018 com os sujeitos selecionados de acordo com o seu conhecimento e envolvimento com as organizações mapeadas, conforme o quadro 2.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPEBI: O EMPREENDIMENTO

O aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi está localizado no rio Jequitinhonha, extremo sul da Bahia, a 8 km da cidade de Itapebi-BA e a 118 km da cidade de Belmonte-BA. O local onde foi instalada a usina hidrelétrica fica a 619 km de Salvador e 902 km de Belo Horizonte. O principal acesso ao empreendimento se dá através da BR-101 que faz ligações com cidades que possuem aeroporto na região como Ilhéus e Porto Seguro, distantes 200 km e 110 km, respectivamente da usina (ENGEVIX, 1995).

Na década de 60 começaram os primeiros estudos no Baixo de Jequitinhonha a fim de viabilizar a construção desse empreendimento hidrelétrico. Durante muito tempo FURNAS estudou essa região e interrompeu as atividades, transferindo-as para a CHESF, que aproveitou todo material herdado de FURNAS e, em 1989, atualizou e reelaborou o material,

dando origem a revisão dos Estudos de Inventário, que foi concluído pela ENGEVIX no ano de 1991 (ENGEVIX, 1995).

Em 1998 quando o consórcio formado pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) e a empresa Neoenergia ganhou a licitação para explorar o aproveitamento hidrelétrico de Itapebi, foi criada a empresa Itapebi Geração de Energia S.A para operacionalizar a UHE Itapebi. Em abril de 1999, a empresa obteve a concessão de uso de bem público para a UHE Itapebi, além da autorização para implantar o sistema de transmissão de interesse restrito da central geradora. A construção começou em 1999 e foi concluída em 2003, quando a usina entrou em operação (ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., 2018).

Um dos principais objetivos da construção da UHE Itapebi foi à geração de energia elétrica para atender as demandas das Empresas Petroquímicas do Brasil S.A (EPB) na cidade de Salvador e de outras empresas do Polo Petroquímico de Camaçari-BA. A UHE Itapebi inundou terras de municípios dos Estados da Bahia e Minas Gerais, sendo Itapebi (51,50%), Itagimirim (30,12%) e Itarantim (13,31%) na Bahia e Salto da Divisa (5,54%) em Minas Gerais, num total de 62,48 km² (6.248 hectares), e acumula um volume d'água de 1,6 bilhão de metros (ENGEVIX, 1995). Contudo, o município de Salto da Divisa foi o único em que a inundação atingiu sua área urbana. De acordo com o Censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, Salto da Divisa possui 6.859 habitantes.

Em relação à política indenizatória da UHE Itapebi às populações atingidas pelo empreendimento, Gavião (2006) e Pereira (2011) relatam que houve várias falhas na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) dentre elas: erro na previsão da área que seria inundada e dos impactos socioeconômicos; ineficiência na elaboração e execução das medidas compensatórias e mitigadoras para a população atingida. Conforme os referidos autores essas falhas foram responsáveis pela origem dos conflitos entre a população local do município de Salto da Divisa e o empreendimento.

ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO FRENTE À POLÍTICA INDENIZATÓRIA: RELATOS E DISCUSSÃO

Em 1997 os primeiros contatos se iniciam entre a empresa responsável pelas obras da UHE Itapebi com a prefeitura, as lideranças comunitárias, a Igreja Católica e associações de moradores para anunciar a construção do empreendimento (ALVES, 2008). Moradores de Salto da Divisa foram pegos de surpresa com esse anúncio e, por mais que esse assunto tivesse sido comentado há vários anos atrás, a população não demonstrava ter conhecimento

da dimensão e impactos que provocariam o empreendimento. Esse desconhecimento é relatado conforme abaixo:

Até então quando surgiu a história em Salto da Divisa o surgimento da Hidrelétrica de Itapebi, para nós foi até uma surpresa, porque havia se falado muito a respeito da fundação desse empreendimento. Mas só que o povo não acreditava não. Eu acho eu era nem nascida quando se falava da construção da Hidrelétrica de Itapebi. Mas o tempo foi passando, foi passando, e de repente eu já adulta e olha ela ali chegando. E pegou o povo de surpresa, até então sem muito conhecimento, esclarecimento (Associação das Comunidades Rurais).

No mesmo ano, a Igreja Católica e o GADDH tiveram acesso ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que fornecia informações sobre o impacto que a implantação do empreendimento iria causar na localidade (ALVES, 2008). Diante dessa situação, em assembleia, os atingidos de Salto da Divisa escolheram o GADDH para ser seu representante legal nas negociações com a empresa responsável pelo empreendimento. A Igreja Católica, por intermédio das irmãs dominicanas atuantes na região foi responsável pela articulação que gerou criação do GADDH, e conseqüentemente o primeiro apoio institucional local os atingidos, conforme relato a seguir:

O papel da igreja foi com irmã Rosa que tomou assim a iniciativa de proteger os atingidos, né. Então ela trabalhou muito, ela viajou muito, ela foi onde tinha construção de barragem pra ver qual foi o resultado dos atingidos. Então, lá onde ela foi, como Dalva também foi. Elas viram assim uma situação muito dramática porque os atingidos não foram atendidos pelos empresários, os construtores da barragem prometeram. Então elas foram se organizando e entrou em contato com a Odebrecht, que é a empresa que construiu a barragem e foi trabalhando com eles, foi muito penoso pra elas, viu. A igreja deu apoio aqui nessa situação, porque elas viram a situação de outros onde, de outros lugares onde tinha barragem que não foi como eles prometeram (Igreja Católica).

Por sua vez, o GADDH também teve o seu papel inicial com a ajuda para a elaboração de um projeto popular com objetivo de preservar as cachoeiras do “Tombo da Fumaça.” Esse projeto levou à criação da lei municipal 080/98 (revogada pela lei 141/99), que tombava a cachoeira “Tombo da Fumaça” como patrimônio histórico e cultural de Salto da Divisa. A revogação dessa lei foi o marco inicial para a implantação da UHE Itapebi no município conforme relato abaixo:

E essa implantação deu-se através de uma revogação de uma lei que nós tínhamos o Tombo da Fumaça tombado, como patrimônio histórico, material e imaterial. E na época foi revogado pelos vereadores, com o executivo também aceitou a implantação desse projeto em Salto da Divisa (Movimentos dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa).

Logo depois, a Igreja Católica e o GADDH mobilizaram a população e reuniram assinaturas para que essa lei tivesse o reconhecimento Estadual, culminando na aprovação da Lei Estadual 13.370/99 (revogada pela lei 14.324/02). O artigo 2º dessa lei considerava as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” como Área de Proteção Ambiental:

Ficam declarados Área de Proteção Ambiental da Cachoeira do Tombo da Fumaça - APA da Cachoeira do Tombo da Fumaça - os terrenos marginais ao rio Jequitinhonha, situados em território mineiro, que integram uma área poligonal cujos limites estão a 600m (seiscentos metros) do eixo do rio, no trecho entre a pedra do Canta Galo e a pedra do Bode, localizadas, respectivamente, a aproximadamente 580m (quinhentos e oitenta metros) a jusante e a 400m (quatrocentos metros) a montante da crista da cachoeira (MINAS GERAIS, 1999).

Outra organização local criada pela Igreja Católica foi a Associação Comunitária de Comunicação (ASCCOM), também conhecida como Rádio Comunitária “A Voz do Povo” que apoiou os atingidos pela UHE Itapebi. A ASCCOM reforça o seu apoio aos atingidos no decorrer dos anos nas suas reivindicações frente às à UHE Itapebi no relato a seguir:

A rádio comunitária sempre esteve à disposição dos atingidos, e está até hoje. E nós estamos nessa luta com eles aí, né. Reivindicando seus direitos, que até hoje nós ainda não tivemos a posição, é... nem da justiça, nem da hidrelétrica de Itapebi. E aí os danos estão aí, todos estão vendo como está a situação da nossa Salto da Divisa. Que no Vale Jequitinhonha, e estamos aí castigados, e estamos sendo até hoje pela barragem (Associação Comunitária de Comunicação).

Em 2000 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) juntamente com a UHE Itapebi entraram com uma Ação Cível Originária nº 593 no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o governo de Minas Gerais conseguindo a revogação da lei 13.370/99 que impedia a construção da UHE Itapebi em Salto da Divisa. Diante das revogações das leis que protegiam as cachoeiras do “Tombo da Fumaça” e as inseriam como Área de Proteção Ambiental (APA), a população local se organizou com o suporte do GADDH e da Igreja Católica e criou as associações de: pescadores, pedreiros, lavadeiras e extratores de pedra, areia e bloco que prepararam documentos reivindicando a construção da UHE Itapebi e denunciando os impactos socioambientais (ALVES, 2008). Esse apoio local serviu como estímulo inicial para a organização dos atingidos desde o anúncio do empreendimento divulgado pelas autoridades locais. Os relatos abaixo consideram que embora o MAB não tenha participado do processo de negociação junto a UHE Itapebi, a forma da organização local já era considerada como um movimento de atingidos por barragens:

Bom, na, nas negociações, é, ou seja, na implantação dela aqui, o MAB não teve assim, não teve participação nenhuma. Mas o GADDH teve a participação ativa, né. Que antes dela, essa obrigação primeiramente a Deus, né. E depois o GADDH, né, uma freira que teve aqui, irmã Rosa, ela foi quem nos ajudou a lutar pra, pra conquistar alguns direitos, pelo qual eles atropelaram a maior parte, né (Associação de Pescadores).

Então a gente, é, se falar dos movimentos dos atingidos por barragem, falamos apenas de Salto. Que era o grupo formado por moradores, pela Igreja Católica, os direitos humanos, tudo in loco, tudo em local (Movimentos dos Atingidos por Barragens em Salto da Divisa).

A política indenizatória da UHE Itapebi, após reivindicações dos grupos afetados foi concretizada por meio de medidas mitigadoras. Pereira (2011) exemplifica algumas dessas

medidas, por categoria de atingidos: para os pescadores, foi à compra de vinte e um barcos a motor, um conjunto de utensílios de pesca e indenizações referentes à redução dos estoques de peixes; construção de uma lavanderia pública para as lavadeiras; para os extratores de pedra e areia, as propostas apresentadas foram recusadas e estes preferiam pagamentos de indenização em dinheiro. Contudo, para as associações locais, essas medidas foram ineficientes, uma vez que foram indenizações parciais e em alguns casos, como no relato a seguir não houve a utilização da lavanderia construída para as lavadeiras, por não apresentar boas condições de uso:

As pias não sei, desse tamaninho, você colocava uma calça jeans lá dentro, não cabia, não podia esfregar. Uma tábua, duas pias uma pra um lado e outra pro outro e uma tábua no meio pra duas lavadeiras. Entendeu? Nós tinha água com abundância, não comprava água e não dependia de ninguém pra poder lavar roupa, entendeu. Eles colocaram essas pias e ninguém usou, ninguém fez nada. E ficou lá. Nenhuma, ninguém, ninguém. Ninguém utilizou nada, cabo com tudo, quebrou tudo, quebrou por... foi um espaço que não tinha condição de utilizar (Associação de Lavadeiras).

A UHE Itapebi delimitou a proximidade do reservatório para sua política indenizatória e não reconheceu todas as pessoas que foram atingidas pelo empreendimento. A Associação das Casas Danificadas relata que a empresa se recusa a reconhecer os danos causados nas casas que estão distantes a mais de 100 metros da beira do lago:

Hoje só na, na área que eles fala que tem a responsabilidade são duzentas e cinquenta e oito casas. Cê entendeu? Que é só dentro dos 100 metros, na margem do lago, dentro dos cem metros de distância. E na cidade toda hoje, a gente fala que a cidade toda é atingida, que tem casa lá no Curral da Matança que é um bairro afastado do lago, e as casas lá tá pior que a nossa na beira do rio, da beira do lago. Então pra mim hoje, pra muita gente, a cidade toda é atingida (Associação das Casas Danificadas).

Os atingidos pela UHE Itapebi consideram injustas às indenizações realizadas após o enchimento do reservatório. A atividade de pesca sofreu grande impacto, principalmente a pesca artesanal, conforme relato a seguir:

A empresa tirou toda a nossa maneira de trabalhar. Nós trabalhava artesanalmente. E na implantação da hidrelétrica, ela mudou todo o curso de trabalho nosso (Associação de Pescadores).

No decorrer dos anos ocorreram diversas reuniões e audiências públicas a fim de discutir e debater a política indenizatória dos atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa, a exemplo da audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2014, na Câmara Municipal de Salto da Divisa, que contou com a presença das associações de atingidos, organizações locais, autoridades, representantes de instituições públicas e sociedade civil com a finalidade de debaterem sobre as possíveis violações de direitos humanos decorrentes dos impactos da construção da UHE

Itapebi e votarem proposições desta comissão. A empresa UHE Itapebi não compareceu à essa audiência (de 2014) e enviou uma carta ao presidente da audiência relatando que cumpre todos os seus direitos e deveres e que desconhece qualquer violação de direitos humanos em suas atividades, conforme nota taquigráfica a seguir:

(...) a Itapebi é uma empresa em operação há mais de 10 anos e, desde sua concepção, cumpre rigorosamente, na totalidade, suas obrigações e deveres. Sem prejuízo do cumprimento cabal da legislação, há temas com divergências e interesses antagônicos que estão submetidos ao Judiciário para um pronunciamento definitivo isento do Estado. Com o entabulamento desses pontos e de forma cabal, a Itapebi, desde logo, registra que desconhece e repudia qualquer ato de violação de direitos humanos em seus negócios e na sua operação por si e por seus terceiros contratados, não admitindo, em hipótese nenhuma e sob quaisquer circunstâncias, o descumprimento de tal preceito fundamental (...) (MINAS GERAIS, 2014, p.06).

Nessa mesma audiência o advogado dos atingidos relatou o andamento da política indenizatória dos atingidos pela UHE Itapebi junto a Justiça:

Existe um processo na Justiça Federal de Teófilo Otôni da associação de pescadores, extratores de pedra e areia, pedreiros e lavadeiras. Esse processo está em andamento desde 2007, e conseguimos a realização da perícia, feita pelo Luiz(?) Eugênio, que esteve aqui. Essa perícia demorou dois anos para ser concluída. Tive acesso a ela no final de junho e me manifestei. Embora a perícia tenha sido favorável às categorias, foi muito genérica, não tratou do dano de cada categoria especificamente, que é o meu objetivo no processo. Lemos a perícia, vimos que há relato de um dano, mas ele não é quantificado. A perícia não menciona o valor do dano ambiental (MINAS GERAIS, 2014, p. 58).

Nesse contexto, a UHE Itapebi, amparada pelo aparato legal das legislações do setor elétrico, não reconhece a política indenizatória reivindicada pelos grupos sociais de atingidos no município de Salto da Divisa. Dentre as várias judicializações movidas pelos atingidos pela UHE Itapebi, a política indenizatória permanece como principal demanda de suas lutas. Através dessa experiência local, vivenciada ao longo dos anos pelos envolvidos, compreende-se que a criação de políticas públicas poderá contribuir para que a política indenizatória proposta pelos sujeitos locais seja devidamente reconhecida, garantindo assim, os direitos dos atingidos, uma vez que a PAEBE e a PNAB tem um importante papel de absorver as demandas dos MABs locais.

Em dezembro de 2016 foi realizada pela Comissão de Participação Popular da ALMG, no plenarinho IV, outra audiência pública, também com objetivo de discutir a política indenizatória dos atingidos pela UHE Itapebi em Salto da Divisa. Essa audiência contou com a presença da Defensoria Pública especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais a fim de tomar conhecimento da situação dos atingidos em Salto da Divisa, conforme as notas taquigráficas acessadas (MINAS GERAIS, 2016).

No mesmo documento, por sua vez, o MAB de Minas Gerais apresentou algumas expectativas em relação aos atingidos pela UHE Itapebi, conforme nota taquigráfica a seguir:

Temos quatro expectativas com relação à Barragem de Itapebi, no município de Salto da Divisa, fruto dessa audiência: manter um processo de interlocução com a Neoenergia; agilizar o processo da política estadual dos direitos das famílias atingidas, que já tramita nesta Casa - Projeto de Lei nº 3312; apertar o Ibama, para que realmente faça valer as condicionantes daquela barragem e esperar por um plano de desenvolvimento regional para toda a bacia, enxergando toda a Bacia do Rio Jequitinhonha (MINAS GERAIS, 2016, p. 21).

Essa audiência foi importante para que os atingidos tomassem conhecimento das expectativas apresentadas e da atuação da Defensoria Pública que passou a fazer um acompanhamento da política indenizatória da UHE Itapebi junto aos atingidos.

DISCUSSÃO FINAL

O objetivo desse trabalho foi analisar a importância da organização dos atingidos pela Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi frente à política indenizatória envolvendo a população do município de Salto da Divisa-MG. Para atingir este objetivo, construiu-se um arcabouço teórico que apresentou os principais paradigmas dos movimentos sociais e o movimento dos atingidos por barragens, inserido no conjunto dos movimentos sociais.

Resgataram-se os principais marcos institucionais dos grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil e a situação social, econômica e territorial provocada por estes empreendimentos, vindo a público pelos movimentos sociais através de suas organizações locais com apoio de instituições de direitos humanos, setores progressistas da Igreja católica e o MAB nacional. Com base nesse quadro geral, confirmou-se a suposição inicial de pesquisa de que a organização dos atingidos pela UHE Itapebi em torno das suas demandas vem ocorrendo em razão de uma tomada de consciência dos grupos sociais para se agregarem em associações locais fortalecendo as práticas associativas, com apoio de instituições locais e conectando-as ao MAB.

Optou-se por um percurso metodológico que fosse articulando a teoria, os dados documentais e os achados empíricos a partir da organização do estudo por categorias de análise definidas *a priori*.

A partir do paradigma latino americano dos movimentos sociais foi possível compreender a organização dos atingidos como um movimento social que se constrói através do associativismo e resistência e da importância de sua conexão com o MAB para o fortalecimento do encaminhamento das demandas e garantia de direitos, principalmente para

que as reivindicações locais sejam representadas pela Política Estadual e Nacional de Atingidos por Barragens.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVES, Luis Antonio. **Ação Pastoral das Irmãs Dominicanas em Salto da Divisa, MG, de 1993-2005'** 01/12/2008 152 f. Mestrado em Teologia Instituição de Ensino: Centro Universitário Assunção, São Paulo, 2008.
- CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição**. 1. ed. Belo Horizonte, MG. Fino Traço Editora. 468 p. 2015.
- CHASE-DUNN, Christopher; MOROSIN Alessandro y ALVAREZ, Alexis. Movimientos sociales y regimenes progresistas en America Latina: revoluciones mundiales y desarrollo semiperiferico. Pp. 31-48 En: **Movimientos sociales en America Latina : perspectivas, tendencias y casos**; editado por Paul Almeida y Allen Cordero Ulate. - 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2017.
- COSTA, Jales Dantas da. Novos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 15, n. 1, p. 05-16, 2016.
- ENGEVIX. **AHE Itapebi: Estudo de Impacto Ambiental**. Empresas Petroquímicas do Brasil S.A. Salvador, 1995.
- GAVIÃO, Afrânio Benjorno. **Gestão de Conflitos Ambientais Frente à Implantação de Hidrelétricas – Estudo de Caso do Aproveitamento Hidrelétrico de Itapebi/Ba.**' 01/08/2006 127 f. Profissionalizante em Regulação da Indústria de Energia. Instituição de Ensino: Universidade Salvador, Salvador, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Edição, Editora Atlas, São Paulo, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos Movimentos Sociais: Um Balanço das Teorias Clássicas e Contemporâneas. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes**, 36:72, 199-227, 2011.
- GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **Revista SER Social**, v. 15, n. 33, p. 301-311, 2013.
- GOHN, Maria da Glória. Vozes que gritam e vozes silenciadas na América Latina. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 3, p. 491-509, 2015.
- GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 75-91, jan. 2004.
- HELLMAN, Judith Adler. Estudio de los nuevos Movimientos Sociales en America Latina y la cuestión de la Autonomía. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 3, nov. 2009.
- IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/salto-da-divisa/historico>> Acesso em 18 de fevereiro de 2018.
- ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. **História**. Disponível em: <www.itapebi.com.br> Acesso em: 19 de fevereiro de 18.
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Associativismo e Democracia: um estudo em Florianópolis**. Ed. da UFSC, 133 p., 2016.

MAB. Cartilha **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: 22 de novembro de 2017.

MAB. **História do MAB: 20 anos de organização, lutas e conquistas**. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>> Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MINAS GERAIS. **Lei n. 13.370**, de 30 de novembro de 1999. Declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça Patrimônio Paisagístico e Turístico do Estado, Cria A Área De Proteção Ambiental Da Cachoeira. Disponível em <www.almg.gov.br> Acesso em: 30 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais - **Notas Taquigráficas da 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura**. Salto da Divisa, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa de Minas Gerais - **Notas Taquigráficas da 26ª 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura**. Belo Horizonte, 2016.

MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 3.312/2016**. Institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos e dá outras providências. Disponível em <www.almg.gov.br> Acesso em: 15 de maio de 2018.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, Jun. 1989.

OLSON, Mancur. **Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups** (Harvard economic studies. v. 124). Harvard University Press, 1965.

PARAMIO, Ludolfo. Democracia y movimientos sociales en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 1, nov. 2009.

PEREIRA, Pedro Jorge Campello Rodrigues. **Desafios do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas: um estudo de caso da UHE ITAPEBI'** 01/09/2011 136 f. Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SADER, Emir. Pós neoliberalismo: da luta social à luta política", in: **Visioni LatinoAmericane**, 1, pp. 15-16, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse.; REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens (MAB) e sua articulação em redes, p. 64-82. In: Franklin Rothman (org.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.

VAINER, Carlos Bernardo; ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. Implantação de grandes hidrelétricas: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. **Revista Travessia**, n. 6, jan. abr., 1990.

VAINER, Carlos B.; DE ARAÚJO, Frederico Guilherme B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992.

VAINER, Carlos Bernardo. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 59, p. 119-137, 2007.

VIANA, Nildo. Os Objetivos dos Movimentos Sociais. **Revista Movimentos Sociais**. Vol. 01, num. 01, p. 42-87, jul./dez. 2016.

ZHOURI, Andréa e ROTHMAN, Franklin Daniel. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potencial. In: Franklin Daniel Rothman (org.), **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**, Viçosa-MG, Editora UFV, 2008.